



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

LUIZ FRAGAS JÚNIOR

E os “Selvagens” foram “civilizados”: análise dos discursos
construídos sobre os povos indígenas da Paraíba na historiografia
clássica local.

GUARABIRA-PB

2012

LUIZ FRAGAS JÚNIOR

**E os “Selvagens” foram “civilizados”: análise dos discursos construídos
sobre os povos indígenas da Paraíba na historiografia clássica local.**

Artigo apresentado ao curso de História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba- Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciatura em História, sob orientação da professora Ms. Naiara Ferraz Bandeira Alves.

GUARABIRA-PB

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

F811e

Fragas Júnior, Luiz

E os “selvagens” foram “civilizados”: análise dos discursos construídos sobre os povos indígenas da Paraíba na historiografia clássica local / Luiz Fragas Júnior. – Guarabira: UEPB, 2012.

26f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof. Ms. Naiara Ferraz Bandeira Alves.

1. Índios 2. Historiografia 3. Colonizadores I.
Título.

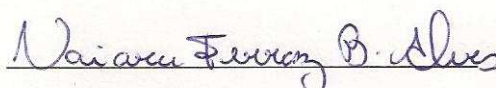
22.ed. CDD 981.03

LUIZ FRAGAS JÚNIOR

E os “Selvagens” foram “civilizados”: análise dos discursos construídos sobre os povos indígenas da Paraíba na historiografia clássica local.

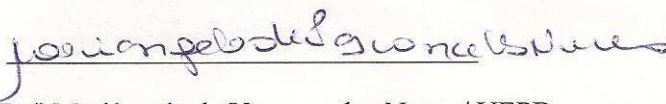
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação **Licenciatura Plena em História** da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Aprovado em 28/11 /2012.



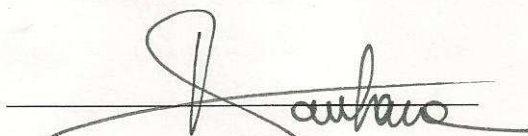
Prof^a Ms^a Naiara Ferraz Bandeira Alves / UEPB

Orientadora



Prof. Dr^a Mariângela de Vasconcelos Nunes / UEPB

Examinadora



Prof. Ms. Flávio Carreiro de Santana / UEPB

Examinador

A DEUS, autor e consumidor da minha fé, por ter me iluminado todos os dias e acima de tudo me fez acreditar que poderia vencer através do estudo e dedicação.

Aos meus pais: LUIZ FRAGAS (In Memória) e DULCE DO NASCIMENTO FRAGAS, aos meus irmãos em especial a SANDRA HELENA DO NASCIMENTO FRAGAS que sempre me apoiou com incentivos e estímulos nessa caminhada. Dedico.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Prof^a. Ms. Naiara Ferraz Bandeira Alves que contribuiu significativamente nas orientações e principalmente por ter me encorajado a seguir em frente.

A todos os professores que me acompanharam na graduação, todos responsáveis por esta conquista.

A turma de História 2008.1, pelos bons momentos de aprendizagens que juntos construímos e pelo companheirismo que proporcionou uma relação de amizade.

Meus agradecimentos a todos que acreditaram na minha vitória, pois me ajudaram a conquistá-la. Obrigado.

E OS “SELVAGENS” FORAM “CIVILIZADOS”: ANÁLISE DOS DISCURSOS CONSTRUÍDOS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS DA PARAÍBA NA HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA LOCAL.

LUIZ FRAGAS JÚNIOR

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar de forma concisa a história dos povos indígenas durante a colonização da Paraíba sob a óptica dos historiadores clássicos do período, verificando as relações que se estabeleceram entre conquistadores e conquistados, bem como a atuação da igreja mediante o processo de lutas e conquistas territoriais. Por meio da historiografia torna-se possível aos pesquisadores das ciências humanas compreenderem que a história também pode ser construída pelas lutas das minorias étnicas, como a etnia indígena, reconhecendo-se sua forma de organização e valores culturais, de forma que a mesma influenciou na formação do território paraibano, constituindo-se parte integrante do contexto em estudo.

PALAVRAS-CHAVES: Historiografia; Etno-história; Indígenas; Colonizadores;

E OS “SELVAGENS” FORAM “CIVILIZADOS”: ANÁLISE DOS DISCURSOS CONSTRUÍDOS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS DA PARAÍBA NA HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA LOCAL.

“A história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza” (REIS, 1999, p.9).

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa se iniciou efetivamente há um ano a partir de um interesse particular em estudar a história dos povos indígenas da Paraíba, contudo devido à dificuldade de realizar pesquisas em arquivos, já que se encontram nos grandes centros, optamos por desenvolver uma análise historiográfica sobre o tema como forma de compreender a imagem do ser indígena paraibano a partir de seus autores clássicos.

A historiografia surge como uma corrente filosófica que o historiador usa para analisar, criticar, como também para entender a história de uma determinada sociedade, analisando os aspectos culturais de um povo ou região visando à compreensão do desenvolvimento da realidade social do mundo. Contribui, ainda, para o entendimento dos fatos, objetos e processos históricos que passam pelo discurso historiográfico, ou seja, pela reconstrução e interpretação de obras dos historiadores.

Desse modo, a historiografia é utilizada para definir os estudos críticos acerca de um tema ou período referente à história, buscando-se identificar os principais fatos do passado, não constituindo verdades objetivas que traduzem a realidade tal como ocorreu, mas como construções humanas que representam partes de uma realidade. Nessa linha de abordagem, Certeau (1982), em seu livro, **A Escrita da História**, compreende as características do trabalho do historiador, fazendo referência ao tripé da operação historiográfica: “um lugar social; uma prática; uma escrita” (p.66).

O historiador tem a função de dar voz ao não dito, atribuindo sentido a um determinado acontecimento. Segundo Certeau, a pesquisa em história se faz a partir de um lugar socioeconômico, político e cultural. É importante considerar que o lugar que o autor cita está ligado à relação que o historiador mantém com o lugar que se encontra, uma vez que este não é mais um colecionador de fatos, e sim um construtor, recortador, leitor e intérprete de

processos históricos, buscando possibilidades, hipóteses de abordagem ligadas as suas preocupações específicas, ou seja, trocando ideias e informações com outros saberes e sujeitos.

O historiador tem o tempo como “material de análise” ou como “objeto específico”. Trabalha de acordo com os seus métodos, os objetos físicos (papéis, pedras, imagens, sons etc.)... Trabalha sobre um material para transformá-lo em história.(CERTEAU,1982, p.79)

Certeau (1982) afirma, ainda, que análise historiográfica é um exercício de problematização, um campo aberto a inúmeras possibilidades e ao intenso diálogo, o que permite essa amplitude de objetos e tipos de fontes a partir de metodologias que a história pode apresentar em diversificados campos do saber. Coloca que a operação historiográfica não está somente relacionada a um lugar, a uma prática, mas também a uma escrita, ou seja, a historiografia é construída por meio do discurso documental. Portanto, todo conhecimento historiográfico é construído, o que nos permite sempre trazer novas discussões a respeito da análise do “passado”.

Entre estas várias possibilidades destaca-se o estudo sobre as populações indígenas, possibilitando reavaliar as informações sobre tais povos que, por muito tempo, foram denominados de primitivos e até incapazes de “fazer história”. A compreensão desse processo que levou milhares de anos é imprescindível para um melhor entendimento do nosso próprio percurso histórico.

Aliada à historiografia, a etno-história pode nos auxiliar no objetivo de compreender como os autores clássicos da Paraíba construíram a imagem dos indígenas que habitaram as terras paraibanas. É a etno-história que, por sua vez, se encarrega de estudar as culturas que foram um dia consideradas “paradas no tempo”, proporcionando aos pesquisadores das ciências humanas entenderem que a história não é só construída pelo homem branco europeu, mas, também, por outras etnias como a indígena.

Os estereótipos representados sobre a população nativa inferiorizam e incapacitam o índio de se formar sujeito histórico no contexto social brasileiro e de imediato transforma-o em personagem situado num passado distante. Apesar disso, as populações indígenas continuam existindo e reivindicando suas práticas de sobrevivência.

No entanto, é preciso reconhecer essas sociedades e suas formas de organização, ou seja, é necessário entender o outro através de suas experiências, permitindo compreender

melhor o mundo a partir do contato com o outro. Esse conhecimento é permitido através da integração da cultura entre diferentes povos, buscando dialogar com os diversos grupos e também sendo capaz de aprender com as diferenças, pois nenhuma prova documental traduz de maneira completa e definitiva a realidade objetiva sobre determinado acontecimento, visto que esta está sempre impregnada da visão de mundo de quem deixou o seu registro.

Inspirado por esta necessidade historiográfica de reavaliação dos estudos tradicionais a respeito das populações indígenas brasileiras presentes na Paraíba, destacamos autores tradicionais paraibanos que reconstruíram a história deste estado, e comentaram o papel desempenhado pelos indígenas neste processo de formação da nossa sociedade. Os textos foram selecionados pela sua relevância historiográfica e por abordarem a história local sob a perspectiva de construção de uma história “completa” da Paraíba, desde o descobrimento português até à contemporaneidade dos autores. No entanto, deixamos claro que, para a realização deste estudo, seguimos sempre a perspectiva de observar o lugar social dos autores que abordam essa temática, para que, assim, pudéssemos identificar suas opiniões e construções à respeito dos índios que habitaram a Paraíba. Desde já, ressaltamos que o período em que os textos lidos foram escritos trata da formação da sociedade paraibana e de seus heróis. Sendo outro ponto a destacar, a presença essencial da Igreja para o controle social e a salvação das almas destes pobres *gentios*. Uma das referências essenciais para o nosso trabalho é o texto da historiadora Nayana Mariano (2003) que avaliou a imagem do indígena no trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Posteriormente, em sua dissertação intitulada “**A representação dos índios nos livros didáticos de história do Brasil, (2006)**” analisou a construção da imagem destes índios nos materiais didáticos. Na realidade ampliamos a quantidade de textos trabalhados e a temporalidade de suas publicações para constataremos continuidades e desconstruções (que infelizmente foram poucas) na historiografia paraibana.

As obras e seus autores

O holandês, **Elias Herckmans**, geógrafo, cartógrafo e escritor que governou a capitania da Paraíba de 1636 a 1639 (1596 - Recife, 1644), deixou, como legado, um detalhado relatório sobre a capitania, intitulado (de) **Descrição Geral da Capitania da Paraíba**, datado de 1639. A primeira parte deste relatório é dedicada à capitania, a segunda aos engenhos do Vale do rio Paraíba e a terceira aos costumes dos tapuias.

Na obra “**Descrição Geral da Capitania da Paraíba**”, lançada no ano de 1869, Elias Herckmans traz a narrativa da história da nossa terra, tornando-a um documento de pesquisa para muitos estudiosos. Uma valiosa fonte etnográfica acerca da Paraíba e dos habitantes que a povoaram, contribuindo, assim, para a análise e desenvolvimento dos seus escritos. Diferentemente dos demais autores, que iremos apresentar neste artigo, Herckmans (1869) é muito descritivo em sua análise. Em grande parte isto se deve ao fato dele relatar suas observações *in loco*, destacando os vários aspectos históricos, geográficos, econômicos e culturais da Capitania no período da colonização, enfatizando os principais acontecimentos que motivaram a conquista e povoamento da dessa região. Vale ressaltar que a obra de Herckmans pouco menciona os portugueses e seus embates com as populações nativas, o que não ocorrera por parte dos franceses que apresentaram um papel maior em relação aos indígenas, dentro do processo contrabandista.

O autor preocupou-se em descrever as características de cada tribo, seus costumes e traços, mostrando-os como seres incivilizados e ignorantes no que diz respeito a qualquer preceito social. Relata também os conflitos existentes na província e define os *tapuias* e os *cariris* como seres selvagens. Embora, para ele, tais povos fossem bárbaros, considerou-os como seres fortes, combativos, na perseguição a seus inimigos.

Esta gente é mui própria para perseguir o inimigo em fuga, pois todos sem distinção são mui fortes no correr, venceriam um cavalo; e na ocasião da vitória são mui propensos a matar indistintamente, usam uma arma feita de pau-brasil, plana e aguda de ambos os lados, no meio um ouço grossa e levantada, na frente tem a largura de uma mão grande e é mui penetrante com a qual arma tocando eles alguém esse não se levantará mais do chão. (HERCKMANS , 1869, P.40).

Segundo o autor, a atuação da Igreja implicou numa forma de vigiar, disciplinar e também de instruir tais povos aos preceitos religiosos na tentativa de amenizar os conflitos e desentendimentos entre os naturais. Não (se) esconde que colonos e religiosos tinham objetivos comuns quanto ao destino dos índios que era de torná-los mansos para servir a Deus e à Coroa. Em seu documento, Elias Herckmans (1869) aborda também que as populações nativas praticavam atos antropofágicos, perdendo assim a sua civilidade e tornando-se totalmente cruéis e desumanos:

Se morre algum deles, seja homem ou mulher, em sendo morto, comem-no, dizendo que o finado não pode ser melhor guardado ou enterrado do que em seus corpos, e isso fazem do seguinte modo. Tomam o cadáver, lavam-no e esfregam-no bem, fazem um grande fogo sobre o chão, acima do qual põem o corpo e deixam-no assar bem. Logo que esteja bem assado, o comem com grande algazarra e lamúrias. Às

vezes não o podem todo, então guardam o resto para ocasião oportuna, especialmente os ossos que, depois de queimados, pisados e reduzidos a pó misturam com a sua farinha e assim comem. (HERCKMANS, 1869, P.43).

É importante frisar que, para o autor, os índios se mostraram perigosos, destemidos e, sobretudo improdutivos. Estas observações sobre Herckmans (1869) são pontuais e nos permite perceber que este autor, como representante dos Holandeses na Capitania da Paraíba, teve de lidar com o conflito direto e armado diante dos índios do sertão, sendo estes mais arredios, considerados *mui bravios*. São tratados como inimigos e como tal devem ser descrito. Dificilmente outro autor, da mesma época, mesmo que com interesses diferentes de Herckmans, não os teriam visto com o mesmo temor e na perspectiva de que, por serem tão diferentes dos índios do litoral, eram essencialmente perigosos. Outro ponto a ser observado é o fato deste autor não ter a intenção de construir uma imagem positiva ou negativa dos indígenas paraibanos, mas sim de relatar os fatos e os costumes do dia a dia na colônia, assim, não há respaldos em comentar a antropofagia praticada pelos povos locais, pois não há em seu texto uma preocupação com a continuidade no relato, ou seja, na história contada de forma que tenha que dar uma justificativa às “honrosas” origens históricas da Paraíba. Em discursos futuros os autores se negam a comentar ou a fazer uma menção pouco chamativa, como se a prática cultural “selvagem” de nossos autóctones fosse algo prejudicial à promessa de um território civilizado e promissor.

Séculos depois outros estudos destacavam a presença indígena na Paraíba: **Irineu Ceciliano Pereira Joffily**¹ nasceu na antiga freguesia de Campina Grande (atual município de Esperança), no dia 15 de Dezembro de 1843 e, em 1853, iniciou seus estudos no colégio de Cajazeiras onde teve como preceptor o padre Rolim, de quem foi discípulo e recebeu sua formação literária. Em seguida, partiu para o Recife onde ingressou na Faculdade de Direito, obtendo o título de bacharel em 1866. Retornou à sua província e ocupou os cargos de Promotor Público, onde também foi nomeado Juiz municipal em 1868. Tempos depois, morreu em Campina Grande, no dia 7 de Fevereiro de 1902, aos 59 anos de idade.

A obra **Notas sobre a Paraíba**, de Irineu Joffily foi lançada em 1892 e tem como finalidade o registro de memórias.

¹ As informações sobre a vida pessoal dos autores trabalhados neste artigo foram recolhidas das páginas pré-textuais das obras analisadas e dos artigos presentes no livro: MARIANO, Serioja R, C. e Sá, Ariane Norma de Menezes. (orgs). **Histórias da Paraíba**. Autores e análises Historiográficas sobre o século XIX. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

O nosso fim é somente escrever uma memória ou, antes, dar uma breve notícia da Parahyba do Norte; informando sobre o seu estado actual e sobre as suas origens, terreno este nunca investigado por nenhum escriptor e no qual penetramos quase às escuras, apenas allumiados pela vacillante luz, resultante das referencias de alguns documentos que temos colligidos, e aos quaes, ainda assim só podemos recorrer de memória. (JOFFILY, 1977, P.106)

O autor faz descrições geográficas da Paraíba e mostra seus principais aspectos - fauna, flora, seca, agricultura e indústria, preocupando-se em demonstrar as falhas nos limites territoriais paraibano. Menciona, ainda, que o mesmo é esquecido pelos governantes. Os escritos de Irineu Joffily (1977) preocupam-se em narrar os acontecimentos históricos e geográficos da época, construindo uma visão sobre a História da Paraíba. Joffily enfoca, na primeira parte do texto, o processo de colonização, com a preocupação objetiva de construir uma identidade para a Paraíba, já que considera seus escritos como algo inédito na historiografia local. Com perspectivas positivistas o autor destaca a importância das fontes documentais procurando apresentá-las como espelhos de uma realidade passível de ser revisitada.

Em suas pesquisas, Joffily (1977) verifica que durante o processo colonizador a Paraíba era ocupada pelas tribos *tupi* e *cariri*, descrevendo os aspectos e características de cada uma, não esquecendo também de citar os hábitos e costumes dos colonizadores, os quais buscavam se aproximar dos índios, formando alianças para poderem se fixar nas terras e conquistá-las.

Portanto, julgo provavel que as duas raças tupy e cariry entrassem com quinze e vinte mil indivíduos para a formação do povo parahybano. A fusão com o colono portuguez ou pernambucano de origem portugueza principiou na zona do littoral, e ahi manteve-se até depois do meiado do século 17º, limitada unicamente ás duas tribos tupys, tabajaras e potyguaras. (JOFFILY,1977, p.152)

Segundo relatos de Joffily (1977), esses povos miseráveis pararam no tempo ou não se desenvolveram como uma sociedade, vivendo num estado de selvageria. Possuíam diferenças culturais e linguísticas que ocasionavam inimizades e guerras entre eles mesmos. Percebemos nos relatos do autor os traços de crueldade aplicados no tratamento aos povos indígenas que, por sua vez, se revoltavam e resistiam às práticas dos conquistadores. Devido a este enfoque de luta constante, a Igreja empenhou-se em fundar colégios para a doutrinação indígena que não possuía nenhuma forma de bom comportamento, tornando-se a principal aliada na missão

de domesticar² o povo selvagem. Para Joffily (1977), os índios da Paraíba seriam sujeitos históricos incapazes e sem relevância e que não se desenvolveram como civilização dentro do contexto em estudo. Desta forma, mesmo pontuando certas crueldades que partiam das práticas colonizadoras dos donos de terras, não há uma perspectiva de inserção destes grupos humanos isolados no progresso e desenvolvimento da “civilização”, ou seja, do homem branco representado pela Igreja Católica. Esta, como veremos entre os demais autores selecionados, foi escolhida como salvadora da ignorância e do atraso social em que viviam os autóctones paraibanos.

Em “defesa” do bom e bárbaro selvagem: **Maximiliano Lopes Machado** (1821 – 1895) era filho do comerciante português Manoel Lopes Machado e de Anna Joaquina de Albuquerque Machado. Nasceu na capital da província da Paraíba do Norte em 7 de Agosto e faleceu em 11 de Fevereiro no Recife. No Recife ele iniciou seus estudos primários com os padres congregados. Em 1839 concluiu esses estudos e entra para a faculdade de Direito de Olinda. Aos 21 anos foi diplomado como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Pouco tempo depois de sua formatura, foi nomeado Promotor Público de Olinda. Em seguida tornou-se Juiz municipal do Termo de Areia, onde teve uma grande atuação política, sendo eleito Deputado Provincial. Maximiano morando em Campina Grande estabeleceu-se na profissão de advocacia e exerceu o magistério, atuando como professor na Escola Normal, advogando no Fórum e exercendo, também, a função de jornalista na imprensa.

A sua obra “**História da Província da Paraíba**” foi escrita em 1890, mas somente em 1912 teve a sua primeira edição publicada. Nossa leitura partiu da edição publicada no ano de 1977. Nela o autor buscou mostrar o povoamento do território de sua província na época do descobrimento do Brasil, trazendo em suas pesquisas os traços característicos, os costumes e a linguagem dos “selvagens” em geral, demonstrando o seu interesse pelos estudos históricos como também pela terra em que nasceu. Maximiano procura mostrar de forma clara o relacionamento dos portugueses com os índios, descrevendo-os com certa controvérsia e ressaltando as atitudes e ações dos colonizadores com certos requintes de crueldade, e ainda, considerando-os inviáveis como exemplo de culturas humanas e um empecilho à civilização, conforme observamos no texto de Elías Herckmans (1869), onde o processo de conquista foi

² Para muitos autores no início do século XIX, os índios apesar de seres humanos, de raças diferentes, são assemelhados a animais que precisam de orientação e acima de tudo domesticação, de forma a se comportarem como ajudantes do homem branco, em um papel semelhante ao do cavalo e do boi de tração, animais semi-vocais.

visto pelos europeus como algo prodigioso de uma raça superior, moldada na fé cristã, realizada numa terra de seres selvagens, primitivos e canibais.

Se impunham opprimindo, captivando e desfazendo-se delles como quem se desfazia de uma cousa inútil. Chegaram mesmo á fazer passar, que não eram creaturas humanas, porém, brutos animaes, negligentes, imbecis, aos quaes não se fazia mal em desprezar, perder e matar. (MACHADO, 1977, P. 26).

Segundo Maximiano L. Machado (1977), essas sociedades deveriam ser tratadas como humanos, pois de certa forma eram indefesos, porém, bravos e resistentes à falta de humanidade com a qual os portugueses os tratavam, pois os mesmos queriam ganhar seu espaço econômico e político, e acharam os índios pouco sujeitos ao trabalho que lhes seria imposto. De acordo com este autor, os índios necessitavam de proteção e acompanhamento para chegar a um estágio de civilidade, e assim (sendo) serem reconhecidos como sujeitos que precisavam de liberdade para viver. Percebemos, portanto, que há uma reprodução, em certo sentido, do discurso da Igreja, onde, os indígenas necessitavam de cuidados para saírem do estágio de selvageria e ganharem *status* de civilidade, mas isso, só ocorreria com orientação. No caso, livrando-os da escravidão compulsória e os deixando sob a guarda de outros que pudessem lhes desenvolver sentimentos considerados mais apropriados ao convívio do europeu. Maximiano destaca a todo o instante que os dominadores usaram de má fé contra os nativos, submetendo-os ao trabalho forçado, pois eles não agiram como deveriam e acabaram adquirindo muitos dos costumes e de suas práticas bárbaras; já os franceses buscaram ter um contato mais próximo dos nativos para ter acesso às terras e não serem devorados, ou seja, possuíam uma relação amigável para se manterem no território.

A má política dos portugueses, por um lado, querendo submettel-os a ferro e fogo á civilização do captiveiro e dos trabalhos forçados, e a ambição dos franceses, por outro lado, fazendo-os inimigos irreconciliáveis daqueles por um ódio sempre crescente que se transmitia de paes á filhos, produziam o que se devia esperar a quasí extincção desse povo intelligente, valorozo e leal. (MACHADO, 1977, p. 111).

Nesse caso, observa-se que na obra de Maximiano Lopes Machado a imagem do índio é representada como um elemento selvagem que precisava ser moldado de acordo com os preceitos da sociedade; este deveria ter o seu caráter trabalhado, para que assim pudesse torna-se um ser civilizado nesse processo de luta e conquista. Como afirmamos, anteriormente, quem irá melhor desempenhar este papel, na visão de Maximiano, será a Igreja. “Nesse pequeno intuito ensinavam a ler e escrever, e instruíam nos preceitos da religião e inspiravam todos os sentimentos do dever”. Pois, para este autor, a Igreja

desenvolveu um papel importante dentro desse processo de conquista em catequizar os índios, trazendo-os para a sociedade. Os índios fugiam dos gibões do senhor de terras para o trabalho e das orações programadas das missões nas ordens terceiras. Essa dupla significação de escravidão decorre da não valorização da cultura indígena, e isto não é observado por Maximiano nem pelos demais homens de seu tempo, haja vista, que se procurava construir um país de brancos descendentes de europeus e não de índios tolos e sem fé. Mas, por estarem presentes no início da história do processo de colonização da Paraíba estes indígenas deveriam ser resguardados de todo o desprezo e preservados no perfil purista e simplista, do *bom selvagem*³, sendo acolhido no colo da Igreja Católica como um inocente.

A próxima obra a ser relatada foi produzida por **Irineu Ferreira Pinto**. Este nasceu em 07 de abril de 1881 em João Pessoa. Era filho de Francisco Ferreira Pinto e D. Bernardina Ferreira Pinto. Aos 8 anos ficou órfão de pai, passando aos cuidados da avó materna que morava no sítio Barreiras, atual cidade de Bayeux, onde viveu a sua infância e fez o curso primário, frequentando, depois, o Liceu Paraibano, pretendendo seguir a carreira jurídica, o que não foi possível. A pobreza obrigou-o a desistir do sonho e a encarar a realidade, pois devia trabalhar para ajudar a família. Trabalhou nos Correios e Telégrafos, dedicou-se à pesquisa histórica e literária; foi sócio fundador do IHGP, tendo exercido os cargos de secretário e de bibliotecário da entidade. Os cargos exercidos explicam sua atenção aos documentos e o registro factual das informações sem análises e comparações. Recebeu medalha de ouro da Sociedade Histórica de Paris e uma medalha de cobre pela exposição de Turim.

Em **Datas e Notas para a História da Paraíba**, publicado em dois volumes, em 1908 e em 1916, Irineu Ferreira Pinto preocupa-se em verificar os fatos, considerando os documentos como uma fonte inegável do passado, em busca de uma verdade histórica. Sua obra representa importante fonte de pesquisa para os estudiosos visto que a intenção do autor foi descrever o processo de colonização conforme entendiam os metódicos, ou seja, seguindo a ordem cronológica dos fatos, descrevendo-os de forma minuciosa. Os escritos de Irineu Ferreira Pinto registram um processo colonizador de grande violência, embora traga poucos dados acerca dos índios que viviam na região. O autor considera também ter havido uma troca recíproca de cultura entre portugueses e indígenas.

³ O conceito de *Bom selvagem* que utilizamos foi baseado na forma como Pero Vaz de Caminha descreve as criaturas que encontrou na Terra de Vera Cruz, e na forma como muitos filósofos e historiadores transcreveram as definições construídas por Rousseau para este homem que ainda não foi corrompido pela sociedade.

Nos fins do anno passado e no correr deste, os índios tapuias Payacús e Goyacús, da tribu dos Icós que se estendiam desde o Valle do Catolé até as Segundo emargens do Piranha, foram dizimados pela guerra encarniçada que lhes fizeram os Mestres de Campo dos Paulistas, residentes no Piancó e Assú. (PINTO, 1977, p. 88).

Registra, ainda, a intervenção da Igreja no processo colonizador, considerando tal participação significativa, em especial, a atividade dos missionários que tentavam converter os nativos. Segundo, Pinto (1977) os índios necessitavam ser domados e doutrinados devido à sua condição selvagem e, assim sendo, chegariam a um estado de civilidade, permanecendo a perspectiva de “quase-humanos” que precisavam de encaminhamento para a civilidade. Mais uma vez a Igreja é a instituição capaz de realizar a passagem da selvageria para a civilização.

Celso Marques Mariz nasceu no dia 17 de Dezembro de 1885, no sítio Escadinha, município de Souza, Paraíba. Filho do advogado Manuel Marques Mariz e de Adelina de Aragão Mariz. Órfão de pai aos três anos, Celso Mariz foi criado pelo padrinho, Félix Joaquim Daltro Cavalcante e sua esposa, Domitila. Aos 19 anos, sob a proteção de Dom Aduino, amigo pessoal de seu padrinho, Mariz matricula-se como ouvinte no seminário diocesano da capital. Inicia carreira jornalística, integrando um dos principais jornais “**A União**”, de onde chegou a ser diretor, e, em seguida, é transferido para o recém-fundado jornal “**O Norte**”. Nomeado professor público, com exercício em Catolé do Rocha, conheceu Santana Henriques de Sá, com quem se casou. Foi diretor da Assembleia Legislativa do Estado, e eleito deputado estadual. Logo mais, aposenta-se e dedica-se sobretudo ao jornalismo, mas continua suas atividades como historiador.

Em 1922 a publicação “**Apanhados Históricos da Paraíba**” de Celso Mariz tem como objetivo realizar uma síntese da história e de seus acontecimentos, apresentando-os como relevante fonte de pesquisa da época. Seus textos estão fundamentados na participação de grandes escritores e cronistas que tiveram papel importante ao nos deixar os documentos que registram o conhecimento da história da Paraíba através de suas memórias.

O autor relata a dominação das tribos *tabajaras* e *potiguaras*, ambas pertencentes à nação tupi, identificados pelo narrador como selvagens. Cita, ainda, a presença dos índios *cariris*, estes pertencentes aos tapuias. Celso Mariz (1922) destaca que a Paraíba foi alvo de constante pirataria, que fora praticada pelos franceses. O autor observa que os piratas viviam em constante guerra com os índios bravos. Os piratas que usavam de uma prévia cordialidade associada à curiosidade indígena para com eles praticarem o comércio.

Itamaracá desenvolvia-se morosamente, pouco habitada, em luta contínua com os índios bravos que a cercavam e a ameaçavam de perto, insuflados pelos franceses. Dos selvagens, eram famosos os de S. Domingos(primeiro nome português do rio Paraíba), onde aqueles piratas faziam o comércio do pau-brasil, em boa amizade com os da região. (MARIZ,1980, p.18)

Segundo o autor, durante a colonização os combates entre índios e colonizadores eram frequentes, pois o homem branco não despendia esforços na conquista de seus interesses. Os índios, por sua vez, resistiam à escravização e opressão impostas pelo colonizador, fugindo de tudo aquilo que os aprisionava. No que se refere à participação da Igreja Católica no processo colonizador, (Celso) Mariz (1980) registra um crescente número de aldeamentos e da ação catequizadora, cujo objetivo principal era a conversão do gentio, não somente com fins religiosos, mas para atender as necessidades dos portugueses que ali se encontravam.

No Brasil a situação era esta: os colonos, querendo por seu interesse escravizar os índios, nunca perdoaram aos frades seduzi-los para suas missões. Daí as muitas desavenças e lutas entre estes e aqueles, no norte como no sul, em S. Paulo, como na Bahia, como no Maranhão. Acusavam os jesuítas de explorar em proveito da ordem os míseros selvagens. Os jesuítas enriqueciam; tornavam-se grandes proprietários, grandes fazendeiros. Mantinham a submissão dos índios pelo castigo corporal, pelo isolamento e pela ignorância. Debalde a companhia explicava que, evitando o contacto de índios e colonos, evitava o conhecimento da depravação destes nas missões, onde se ensinavam, além das artes principais e dos rudimentos da língua nacional, o amor da religião cristã e da pátria portuguesa. (MARIZ, 1980, P.56).

Para Celso Mariz, os indígenas eram criaturas bravas e selvagens e que necessitavam de domesticação e integração à realidade social. Porém é um dos únicos, ao lado de Joffily (1977), entre os textos trabalhados, que aponta problemas na ação da Igreja, destacando, ainda, a disputa de interesses entre os religiosos e os colonizadores que acabavam disputando a mão de obra. Apesar das críticas e da relação com a selvageria, este autor evita apontar para algo que poderia impressionar os leitores e interessados em construir uma imagem específica da História da Paraíba, o canibalismo. Detém-se a ressaltar a luta dos nativos em favor da própria existência e liberdade.

Outro autor que se propõe a escrever a História da Paraíba e para tanto pontua a participação dos indígenas que habitaram estas terras é **Horácio de Almeida** (nasceu em 21.10.1896, em Areia – PB – e faleceu em 05.06.1983- Rio de Janeiro). Estudou as primeiras letras na terra natal, onde permanece até os vinte e dois anos, dedicando-se aos trabalhos no engenho do pai, Rufino Augusto de Almeida. Inicia-se na arte literária, na época do curso secundário no Liceu Paraibano, participando da Criação da revista **Era Nova**. Dessa forma,

participou ativamente da animação cultural da imprensa paraibana no alvorecer na arte moderna. Em 1922, casa-se e volta à vida dos engenhos, mas sem abandonar os estudos. Matricula-se na Faculdade de Direito do Recife, concluindo-o em 1930, quando se transfere para esta Capital, onde exerce a advocacia até 1947. Na década de 50, retorna a João Pessoa e torna-se um revolucionário da vida intelectual, fundando várias revistas como **Reação**, da Academia Paraibana de Letras. É um pioneiro na história dos livros na Paraíba, ao publicar obras que se tornaram referências obrigatórias.

A obra que analisamos foi “**História da Paraíba**” publicada em dois volumes, 1966 e 1978, onde o autor Horácio de Almeida trata das questões relacionadas aos momentos que antecederam à conquista do território paraibano até a sua contemporaneidade. Através de suas memórias, busca construir a história e a identidade da Paraíba, a partir de todo o universo de significação e de produção cultural no qual o autor estava inserido.

Horácio, baseando-se em alguns dos autores que destacamos anteriormente, apresenta a participação indígena no processo de colonização, em especial, ao relatar a luta dos holandeses no território paraibano. De acordo com seus relatos, os índios se sobressaíam constantemente das violentas práticas impostas pelo homem branco, alimentando um profundo desafeto entre nativos e colonos e originando os combates entre eles mesmos. Corroboramos como Irineu Joffily, ao esclarecer que os colonizadores de certa forma tiveram que aprender com os índios os mecanismos necessários à sobrevivência numa terra hostil, pois se apoderavam dos seus recursos para dominar suas regiões. Constrói a história da Paraíba sob o tripé da colonização, o índio, o negro e o homem branco europeu.

Segundo este autor, a Paraíba era ocupada por diversas tribos naquele período, tais como os *Cariris* e *Tapuias* que habitavam o interior e o litoral paraibano, fato também registrado pelos demais historiadores analisados. O gentio recebia apoio dos corsários franceses e combatiam os colonizadores portugueses ferozmente. O que torna a conquista portuguesa em uma atividade épica já que bravamente enfrentam os indígenas traidores e aliados aos inimigos franceses.

Inconformadas, as tribos pegaram em armas contra o invasor, na chamada Confederação dos Cariris. A luta que se travou foi de vida e morte, como nunca houve igual na história da conquista. Durou para mais de dez anos. De lado a lado, a fereza excedia os extremos da desumanidade, principalmente da parte do branco civilizado, que se mostrou mais bárbaro que o bárbaro. (ALMEIDA, 1978, P.35).

Conforme esse historiador, tamanho era o interesse da Coroa Portuguesa em eliminar o inimigo das terras paraibanas, que os portugueses agiam, na maioria das vezes, de forma que não se podia diferenciá-los dos nativos, assumindo uma postura totalmente bárbara frente aos conflitos. Os índios, por sua vez, não aceitavam a opressão imposta pelos conquistadores e movidos pelo sentimento de revolta executavam muitos colonos. Esses conflitos transformaram a Paraíba num cenário de total devastação e guerra.⁴

Fica claro que o autor enfatiza o papel do “civilizado” disposto a vencer o rebelde. Nesse contexto, as populações nativas são caracterizadas como arrogantes e covardes. Os escritos de Horácio reconhece o mérito dos colonizadores pelos esforços despendidos e pela coragem em enfrentar verdadeiros bárbaros.

O autor pouco menciona a participação da Igreja Católica durante a colonização, mas registra em sua obra a atuação do padre Martin de Nantes que conviveu com estes povos durante o seu ministério no sertão paraibano.

Em oito meses de doutrinação no sertão da Paraíba nada achou que dizer dos índios por seus usos, costumes, língua, grau de cultura, mitologia, demografia e sistema de redução. Também não disse, lamentavelmente, uma só palavra sobre a terra, senão que a água era de ruim qualidade.(ALMEIDA,1978,p.25).

Em resumo, a análise de Horácio de Almeida define os povos indígenas como bárbaros e devastadores. Para ele, os nativos não temiam as consequências resultantes dos conflitos entre eles e os conquistadores, o que levou tribos inteiras a serem dizimadas e exterminadas. Mais uma vez permanece a perspectiva de uma história de vilões e mocinhos.

Mais um jornalista: **Luis Pinto** – pertenceu ao jornal “**A União**” sendo diretor. Colaborou também em vários jornais do Rio de Janeiro. Ajudou a fundar a Academia Paraibana de Letras. Além de jornalista, foi militante, crítico, polemista, historiador, biógrafo, poeta, romancista e, sobretudo, estudioso dos problemas do país e do mundo.

Na obra de Luis Pinto “**Fundamentos da História e desenvolvimento da Paraíba**” publicada no ano de 1973, há a narrativa dos acontecimentos e fatos históricos relacionados à província paraibana. Utiliza os documentos como fonte de pesquisa. (sobre a mesma.) O autor se preocupa em relatar os aspectos gerais da província e menciona importantes nomes que

⁴ A referência a uma “Confederação dos cariris” é discutida, ainda, na historiografia local, pois as ideias de uma reunião de tribos semi-nômades nos sertões da Paraíba são pouco prováveis. Para alguns historiadores, os fatos se adequam a uma presença numerosa de indígenas que lutaram contra as invasões portuguesas.

fizeram parte da história e do desenvolvimento da Paraíba, tornando-a reconhecida. Luis Pinto descreve a ocupação da Paraíba durante o período, identificando a existência de duas tribos espalhadas pelo território: *tupi* e *cariri*. Tais tribos, com costumes e hábitos distintos, aliavam-se para se defender do inimigo comum. Percebemos que o autor já não utiliza a definição clássica de índios Tupis versus Tapuias. Devido aos avanços das pesquisas relacionadas aos indígenas paraibanos, Luis Pinto já identifica um dos relevantes grupos indígenas locais, no caso, os *Cariris*, desfazendo a perspectiva dualista que estereotipava o índio do sertão como um silvícola bravo e perigoso.

Segundo Luis Pinto, no decorrer da colonização da Paraíba houve forte presença dos franceses. Esses objetivavam conquistar as terras paraibanas, tornando-se alvos dos portugueses que procuravam eliminá-los do seu caminho. Na visão do autor, as tribos indígenas são valentes e destemidas na defesa de seus interesses, a ponto de não respeitar seus adversários, revidando com violência os ataques sofridos. Neste momento há uma substituição dos termos *bravio e selvagens* por *valentes e destemidos*, mas, ainda, há uma ambiguidade ao mencionar atitudes de violência, mesmo quando estavam revidando algo que sofreram. Sua escrita, produzida na década de 70 do século XX, permite ao autor identificar os meios brutais utilizados pela Igreja e com intuito de convertê-los à doutrina religiosa, já que os índios precisavam salvar suas almas:

A luta solerte de resistência contra o domínio estranho cada dia aumentava mais, tanto da parte dos portugueses, quanto do nativo. As guerrilhas se armavam por toda parte. A conspiração contra o invasor era quase uma obstinação. É que a guerra trazia e apresentava ainda um sentido religioso, além do positivo aspecto de defesa geográfica do Brasil. (PINTO,1973, p.65).

Os relatos do cronista registram também os fortes laços existentes entre missão catequizadora e Coroa portuguesa, uma vez que, na maioria das vezes usava de meios ilegais para alcançar seus interesses, utilizando-se do nativo em seus trabalhos, sobretudo depois que estes eram conquistados em guerra ou ameaçados de escravidão e aprisionamento. Um dos maiores problemas enfrentados pelos colonos com relação aos indígenas, era os de torná-los súditos de sua majestade. Desde o início da colonização que a escravidão e catequizações foram utilizadas extensamente como forma de amansar o índio e os resultados foram infrutíferos, pois estes sempre reagiam a tais práticas.

Enriquecimento brutal. Propriedades imensas por toda parte. Exploração impiedosa do nativo e do negro. Por outro lado, o colono, domesticador a chicote, queria o brasilíndio para sua agricultura, para seus engenhos, para sua criação de gado. E

como o jesuíta o levava com mais felicidade pelas astúcias e pelo amedrontamento religioso, logo cedo se estabeleceu uma luta entre padres e colonos. Era um panorama geral não só no Nordeste, mas, até mesmo no Maranhão e em São Paulo. (PINTO,1973,P 57-58).

Luiz Pinto observou que os nativos se encontravam num estágio de civilidade bastante primária, de forma a resistir bravamente às práticas violentas e desumanas dos colonizadores. Contudo, em meio a todo um quadro de violência e crueldade vivido durante a colonização da província, não fora identificado por meio dos escritos do autor nenhum ato de canibalismo praticado pelos nativos. Apesar de haver uma alteração na perspectiva sob a dominação dos colonizadores sobre os indígenas, há no texto de Luiz Pinto uma negação das práticas culturais dos nossos indígenas como o canibalismo, ainda visto como sinônimo da “vergonhosa” selvageria eminente dos silvícolas.

Entre os homens se destaca o texto de uma mulher: **Eudésia de Carvalho Vieira**, que nasceu no dia 08 de abril de 1894, na povoação de Livramento, no município de Santa Rita, sendo seus pais Pedro Celestino Vieira e Rita Filomena de Carvalho Vieira. Recebeu o diploma de professora pública pela Escola Normal Oficial, em 15 de junho de 1911, sendo a oradora da turma. Casou-se em 1917, com José Taciano da Fonseca Jardim, nascendo desse casamento 14 filhos. Foi professora pública em várias escolas primárias do Estado. Já casada, decidiu ser médica. Contrariando a vontade do marido e enfrentando todos os obstáculos e preconceitos da época, preparou-se e submeteu-se às provas da Faculdade. Eudésia foi a única mulher numa turma de homens a receber o grau de doutora e a primeira paraibana a conquistar o título, pela Faculdade de Medicina de Recife, onde recebeu o primeiro diploma de doutora em Ciências Médicas e Cirúrgicas, por ter sido a única que defendeu Tese (**Síndrome de Schickelé**), dentre os 52 diplomados naquele ano. Aqui em João Pessoa, instalou um consultório em sua residência, à Rua Duque de Caxias, onde passou a atender e dedicar-se à sua clientela. Foi Assistente Social da Penitenciária Modelo. Professora, médica, jornalista e poetisa. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 3 de junho de 1922. Como professora se preocupou muito com a qualidade do livro didático adotado nas Escolas Primárias e, com muito sacrifício, conseguiu elaborar e editar dois livros que foram adotados nas Escolas Oficiais do Estado. Como médica, dedicou-se com extremado desvelo às clientes, orientando-as, principalmente na questão do pré-natal, numa época que este exame era totalmente desconhecido pela maioria das mulheres. Como escritora, jornalista e poetisa, foi muito atuante. Colaborou na **Revista Era Nova**, nos jornais, **O Norte**, **A União**, **A Imprensa**, **A Gazeta do Recife** e em **Novelar**, jornal da Festa das Neves. Seu primeiro

poema foi publicado quando tinha 14 anos. Realizou muitas Conferências. Em 1974 recebeu o título de cidadã Benemérita da Paraíba e, quando faleceu, foi homenageada com seu nome dado a uma Rua do Bairro dos Estados. Deixou publicados os seguintes trabalhos: **“Pontos de História do Brasil”** (didático); **“Cirus e Nimbos”**; (versos); **“A Minha Conversão”** e **Dom Ulrico Sonntag**; **“Síndrome de Schickelé”**; (Tese de doutorado); **Terra dos Tabajaras** (didático) - 1955; **Mistério de Fátima** - 1952; Conferência - 1948; **Dois Episódios de uma Vida**; **Poema do Sentenciado**; **O Torpedeamento do Afonso Pena - 1951**; **Inéditos: “Mortos que Falam”**; **“A Mãe Cristã e a Educação Eucarística que Ha de Dar aos Filhos”**, Eudésia faleceu em João Pessoa, no dia 16 de julho de 1981.

Eudésia Vieira, grande escritora paraibana do século XX, embora os livros não a citem, muito provavelmente por ter incomodado a muitos com sua presença feminina e constante no contexto da literatura e academia paraibana. (A mesma) Foi empreendedora na tarefa de coletar dados sobre a história da Paraíba, compondo, assim, a obra **“Terra dos Tabajaras”**, material didático publicado em 1955. Trabalhou com documentos e tomou como referência os escritos dos grandes autores anteriormente estudados. Eudésia Vieira surge como conhecedora dos fatos relativos à época, não se intimidando com o que já fora escrito e acrescentando variadas e novas informações acerca da Paraíba.

A obra de Eudésia é marcada pelo relato em detalhes do processo de colonização da Paraíba que era habitada por homens selvagens na perspectiva dessa autora. (da mesma). Essas populações pertenciam as tribos *tabajaras*, *potiguaras* e *tapuias*, povos de certa forma perigosos e temíveis, que, embora bravos, foram facilmente seduzidos pelos corsários franceses, servindo à prática do comércio ilegal do pau-brasil da qual se beneficiaram igualmente os holandeses.

Franceses valendo-se da ingenuidade dos potiguaras, não só faziam grande e ilícito comércio de pau-brasil com a Europa lesando os direitos do monopólio real, mas saqueavam e matavam os proprietários destemidos, que lhes opusessem resistência.(VIEIRA,1955,P.15).

Os relatos da autora descrevem um território atacado, invadido, e cenário de lutas constantes entre as tribos nativas que em defesa do mesmo ideal nada temiam, revidando os ataques do invasor sem qualquer misericórdia.

Eram incalculáveis a intranquilidade e os prejuízos da nóvel província pelas sucessivas e inesperadas tropelias dêsse elemento mixto, que se locupletava indebitamente dos bens da Paraíba, causando temor aos seus habitantes.(VIEIRA,1955,p.29).

Os portugueses buscaram propositadamente estabelecer alianças com os nativos, para se firmarem no território paraibano. Tal propósito objetivava submeter as populações indígenas aos seus mandos, dominando-os e escravizando-os. Concordando com a mesma perspectiva de Maximiano L. Machado (1977), para Vieira (1955) o massacre sempre foi visto como forma de justificar os interesses dos conquistadores e as atitudes satânicas e selvagens dos índios.

Nota-se que o trabalho da autora não se detém apenas a descrever o indígena perseguido e mau tratado. Ela relata que, naquele momento da história, estas etnias eram escravizadas no território paraibano e que por isso foram alvo da perseguição portuguesa. A autora em suas análises, enfatiza os vários pontos e acontecimentos que desencadearam a conquista da Paraíba, marcos estes que fazem toda uma diferença em seus registros.

Eudésia afirma que as populações nativas não eram canibais, embora muitas vezes, movidos pelo sentimento de vingança, utilizassem de práticas desumanas em relação aos prisioneiros de guerra. Há uma intensa preocupação da autora em desconstruir uma imagem de bárbarie e selvageria bem presente nos demais textos, mas não com a perspectiva de compreender a cultura do outro, mas sob o olhar de quem pensa uma história romanceada e se preocupa com a escrita de capítulos futuros, onde o “paraibano” não deveria ser descendente de canibais. Percebe-se que a autora é bastante descritiva em suas narrativas, abordando os costumes e hábitos dessas populações que, segundo ela, são necessitadas de amparo frente aos massacres cometidos pelo homem branco. Eudésia é contundente, quando se refere ao Catolicismo afirmando que foi a religião predominante na Paraíba, embora tenha havido no período outras instituições religiosas, e que a Igreja Católica como precursora do ideal divino fundou aldeamentos onde os jesuítas buscavam introduzir nos selvagens a religião e os ensinamentos a ponto de trazê-los à civilidade. Há, neste ponto, um retrocesso na análise da autora. Dessa forma, percebemos que a mentalidade cristã presente na vida de Eudésia se sobressai em relação à pretensa prática historiográfica.

O espírito católico da nossa gente vem desde a sua origem. A própria terra surgiu sob o signo da cruz plantada por Cabral, em S. Salvador. Desde os primeiros dias as ordens religiosas iam estabelecendo centros de catequese que originavam os

aldeamentos, pontos de partida para a formação de vilas e cidade, sendo os jesuítas os primeiros aqui chegados. (VIEIRA,1955,P.110).

A autora, que esteve na vanguarda das atividades desempenhadas pelas mulheres do início do século XX, não se soltou das amarras da religião e identificou na cultura indígena a mesma, “selvageria” que os homens que vivenciaram o século XIX repudiaram e criticaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após relatarmos os discursos apresentados pelos autores a respeito dos povos indígenas na Paraíba, percebemos que, mesmo ampliando a margem de textos, as conclusões que a autora Mariano (2003), apresenta em seu artigo vão ao encontro das leituras que realizamos:

O que se percebe é que, até meados da década de 1970, essa historiografia, ainda, é marcada por trabalhos que enfatizam as conquistas, a história política das camadas dominantes e por uma forte necessidade de consolidar a história local, criando heróis e reforçando mitos numa sequência factual e descritiva de acontecimentos.(MARIANO,2003,p. 118).

Os autores da historiografia clássica paraibana, em análise, são unânimes ao descreverem a imagem do indígena, definindo-os como seres selvagens e incapazes, inaptos ao trabalho servil, ao mesmo tempo em que denotam certa fragilidade nativa diante de um processo absolutamente violento em que predominaram as práticas cruéis advindas do homem civilizado, com suas diferenças e peculiaridades. Nota-se um tom preconceituoso contido nas informações relatadas pelos cronistas, uma vez que consideram os nativos inferiores e estáticos, uma visão comum aos homens e mulheres que conviveram com as teorias raciais do século XIX. Teorias que classificam os indígenas como “primitivos”, detentores de uma cultura exótica prestes a ser engolida pelo progresso da sociedade civilizada.

O percurso desenvolvido pela historiografia paraibana desde o documento produzido por Herckman até o livro didático de Eudésia constrói uma imagem negativa do indígena que habitava as terras paraibanas, mas não foge à perspectiva da historiografia nacional de valorizar o processo colonizador: o “paraíso” foi encontrado por Cabral e descrito por Caminha, mas as práticas desumanas e demoníacas chegaram com a efetivação do processo colonizador no tempo de D. João III, identificando no índio um ser selvagem que precisava ser salvo. Para autores como Joffily (1977), a inserção do indígena na civilização era um

processo inviável. O índio jamais iria se recuperar de seu atraso no desenvolvimento social. Para Machado (1977) e Vieira (1955), isto era extremamente passível de acontecer se fossem utilizados os métodos corretos, que, evidentemente, não seriam os já trabalhados pelos colonizadores portugueses. Estes colonizadores possuíam requintes de violência, mas a habilidade de salvar almas da Igreja, desenvolvia nos “selvagens”, através de suas ordens religiosas, a capacidade de conviver em sociedade. Em todo caso, o importante era alterar o estado de primitividade do indígena.

Machado (1977), Vieira (1955) e Pinto (1977), são frutos de uma mesma época, com as mesmas ideias, (o mesmo espírito de ideias), além de terem frequentado espaços semelhantes, com trabalhos e publicações nos principais jornais da Paraíba. Na realidade não é objetivo de nenhum dos autores ser profundo conhecedor da cultura indígena, o que pode ser claramente observado, ao constatar as variações utilizadas por estes, (pelos mesmos) para exemplificar as diversas etnias presentes na Paraíba. Os autores destacaram, em especial, a dicotomia entre os índios do litoral pertencentes ao tronco linguístico dos Tupis (*potiguaras* e *tabajaras*) e os índios dos sertões os Tapuias, grupos seminômades de línguas variadas (*cariris*, *icós*, etc.). Quanto aos Tapuias, esses autores são unânimes ao considerá-los *bravios* e perigosos, já que o contato era extremamente difícil e os próprios índios Tupis os temiam e questionavam seus costumes e práticas, como a do endocanibalismo (citado por Herckmans, 1689). Os Tupis que primeiro habitaram as terras paraibanas foram os *Potiguaras*, mas estes se aliaram aos franceses e por isto foram desprezados por nossos autores que passaram a valorizar os *Tabajaras* devido à aliança com os portugueses.

Estudos recentes sobre os povos indígenas têm registrado a grande diversidade e pluralidade dessas sociedades encontradas pelos conquistadores e essas pesquisas também revelam a complexidade dos povos nativos, as relações decorrentes da colonização, bem como suas estratégias de resistência. A colonização deixou de ser vista como um movimento linear, de extermínio de povos considerados “passivos”, submissos e incivilizados, o que pode ser observado nas informações transmitidas pelos historiadores e pesquisadores analisados, visão essa que perdura até os dias atuais. Esta ideia de resistência aparece ligeiramente nas obras publicadas nos anos 70 do século XX, mas como uma simples reação à forma “equivocada” que os portugueses insistiram em tratar os povos indígenas durante o processo de colonização da Paraíba.

Por fim, conclui-se que o conhecimento histórico acerca das sociedades estudadas depende dos métodos de interpretação do pesquisador que ocupa um determinado lugar no contexto social. Por meio de seus relatos, constrói a imagem dos povos que constituem a história e que estão sujeitos às mudanças sociais e culturais em razão do processo de colonização. Importante notar que esses povos de fato existem e persistem na busca pelo reconhecimento étnico e também pela sua permanência como parte integrante de um povo enquanto sujeito histórico.

ABSTRACT

The present article has the purpose of analyzing in concise form the history of indigenous people during Paraíba's colonization under the optic of classic historians on that age, verifying the established relations between conquerors and conquered as well as the church acting in the process of fight and land conquests. The Historiography becomes possible to the human science researchers to understand that the history also can be build by the fight of ethnic minorities, like the indigenous ethnic, recognizing its organization form and cultural values, therefore it has influenced in the formation of Paraíba territory.

KEYWORDS: Historiography; Ethnic-History; Indigenous; Conquerors;

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa, Editora Universitária/ UFPB, 1978. V. II (Documentos Paraibanos, 7).
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1982.
- CITTADINO, Monique e GONÇALVES, Regina Célia. (orgs).**Historiografia em diversidade**: Ensaio de história e Ensino de história: Campina Grande – PB: Editora Universitária/ UFCG, 2008.
- FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6ªed. São Paulo: contexto, 2007.
- MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: Edt. Universitária / UFPB, 1997. V. I(Documentos Paraibanos, 2).

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **A representação dos índios nos livros didáticos de história do Brasil**. 2006 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 2ªed. João Pessoa, Editora Universitária/ UFPB, 1980.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parayba: (1892): Edição Fac- Similada, acrescida de uma seleção das Crônicas de IRINÊO JOFFILY**. Rio de Janeiro: Editora Tesouros, 1977.

PINTO, Luís. **Fundamentos da História e do Desenvolvimento da Paraíba**. Editora Leitura: 1973.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1977. (Documentos Paraibanos, 3).

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SÁ, Ariane Norma de Menezes e MARIANO, Serioja (orgs). **Histórias da Paraíba: Autores e Análises Historiográficas sobre o Século XIX**. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2003.

VIEIRA, Eudésia. **Terra dos Tabajaras**. João Pessoa: Editora Teone S. A., 1955.